

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	16
9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) .....	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	18
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	19
12. INTANGÍVEL .....	19
13. FORNECEDORES .....	20
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	22
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	26
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	26
18. PROVISÕES.....	27
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	32
20. RECEITA.....	33
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	35
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	39
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	41
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	43
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	52
26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA.....	53
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO .....	54
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	71
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	73

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	632.464	190.233	527.296
Títulos e Valores Mobiliários	5	443.325	78.626	5.000
Consumidores e Revendedores	6	1.155.789	1.357.518	1.602.291
Concessionários – Transporte de Energia	6	233.254	299.718	247.049
Tributos Compensáveis	7	128.034	121.387	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	113.799	118.782	81.597
Fundos Vinculados		2.169	132.256	3.279
Estoques		30.303	35.988	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		69.292	68.898	62.889
Subvenção Desconto TUSD		226.710	-	-
Subvenção Baixa Renda		25.650	46.879	920
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	24	-	20.445	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	9	39.116	-	-
Outros		211.744	332.578	257.187
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.311.649</b>	<b>2.803.308</b>	<b>2.933.139</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	5	25.362	22.235	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	876.638	910.524	499.092
Tributos Compensáveis	7	334.019	348.959	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	10	869.559	852.313	832.466
Consumidores e Revendedores	6	244.274	220.315	73.753
Outros Créditos		51.156	85.434	70.171
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	11	4.960.916	4.757.735	3.118.126
Intangíveis	12	1.869.780	1.778.817	2.703.687
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.231.704</b>	<b>8.976.332</b>	<b>7.544.645</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>12.543.353</b>	<b>11.779.640</b>	<b>10.477.784</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	15	624.226	2.954.010	603.235
Debêntures	15	525.705	931.647	22.765
Fornecedores	13	804.163	1.116.600	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	14	315.877	364.482	340.956
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		119.947	119.947	109.215
Salários e Encargos Sociais		161.602	160.708	168.454
Encargos Regulatórios	16	137.957	238.048	210.312
Participações nos Lucros		58.361	56.809	59.437
Obrigações Pós-Emprego	17	40.418	37.114	53.687
Contribuição de Iluminação Pública		120.532	111.489	114.586
Outras		114.925	158.694	168.983
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.023.713</b>	<b>6.249.548</b>	<b>2.604.761</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	15	1.407.091	723.973	2.032.642
Debêntures	15	2.743.070	-	852.580
Provisões	18	144.100	104.986	103.684
Obrigações Pós-Emprego	17	1.826.719	1.783.959	1.397.431
Impostos, Taxas e Contribuições	14	609.742	579.523	661.326
Encargos Regulatórios	16	111.228	122.021	187.753
Outras		28.278	21.851	19.639
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.870.228</b>	<b>3.336.313</b>	<b>5.255.055</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9.893.941</b>	<b>9.585.861</b>	<b>7.859.816</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	19	2.261.998	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		201.151	201.151	394.465
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(269.370)	(269.370)	(38.495)
Lucros Acumulados		455.633	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.649.412</b>	<b>2.193.779</b>	<b>2.617.968</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.543.353</b>	<b>11.779.640</b>	<b>10.477.784</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E  
2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	20	6.799.591	6.981.507
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	21		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.925.655)	(2.800.406)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(275.725)	(594.585)
		<u>(3.201.380)</u>	<u>(3.394.991)</u>
<b>CUSTOS</b>			
Pessoal e Administradores		(517.738)	(453.797)
Materiais		(29.375)	(25.117)
Serviços de Terceiros		(393.609)	(367.514)
Amortização		(287.365)	(249.800)
Provisões Operacionais		(80.203)	(14.888)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(616.958)	(980.799)
Outras		(93.315)	(49.432)
		<u>(2.018.563)</u>	<u>(2.141.347)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<u>(5.219.943)</u>	<u>(5.536.338)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		1.579.648	1.445.169
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	21		
Despesas com Vendas		(46.982)	(52.617)
Despesas Gerais e Administrativas		(393.260)	(340.140)
Outras Despesas Operacionais		(195.931)	(229.331)
		<u>(636.173)</u>	<u>(622.088)</u>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>		943.475	823.081
Receitas Financeiras	22	211.394	227.381
Despesas Financeiras	22	(464.331)	(433.250)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		690.538	617.212
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(201.019)	(372.797)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(33.886)	164.896
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<u>455.633</u>	<u>409.311</u>
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,2014	0,1810

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Jul a Set /13	Jul a Set /12 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	20	2.255.284	2.509.620
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	21		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.103.727)	(1.019.517)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(103.737)	(202.674)
		(1.207.464)	(1.222.191)
<b>CUSTOS</b>			
Pessoal e Administradores		(201.352)	(147.842)
Materiais		(14.372)	(9.636)
Serviços de Terceiros		(136.920)	(125.825)
Amortização		(103.694)	(91.302)
Provisões Operacionais		(40.261)	13.431
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(195.132)	(438.373)
Outras		(63.621)	(14.417)
		(755.352)	(813.964)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(1.962.816)</b>	<b>(2.036.155)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>292.468</b>	<b>473.465</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	21		
Despesas com Vendas		(13.501)	(26.528)
Despesas Gerais e Administrativas		(30.801)	(117.736)
Outras Despesas Operacionais		(63.770)	(79.907)
		(108.072)	(224.171)
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos</b>		<b>184.396</b>	<b>249.294</b>
Receitas Financeiras	22	65.630	78.878
Despesas Financeiras	22	(153.765)	(140.640)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>96.261</b>	<b>187.532</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(76.336)	(107.139)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	43.528	46.632
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>63.453</b>	<b>127.025</b>
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,0281	0,0562

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

### PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/09/2013	30/09/2012
RESULTADO DO PERÍODO	455.633	409.311
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>455.633</b>	<b>409.311</b>

### PARA OS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/13	Jul a Set /12
RESULTADO DO PERÍODO	63.453	127.025
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>63.453</b>	<b>127.025</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS</b>	<b>2.261.998</b>	<b>394.465</b>	-	-	<b>2.656.463</b>
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.2)	-	-	(38.495)	-	(38.495)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>2.261.998</b>	<b>394.465</b>	<b>(38.495)</b>	-	<b>2.617.968</b>
Resultado do Período	-	-	-	409.311	409.311
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	409.311	409.311
Dividendos Declarados (R\$107,68 por lote de mil ações)	-	(243.565)	-	-	(243.565)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012</b>	<b>2.261.998</b>	<b>150.900</b>	<b>(38.495)</b>	<b>409.311</b>	<b>2.783.714</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	-	-	<b>2.463.149</b>
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.2)	-	-	(269.370)	-	(269.370)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	<b>(269.370)</b>	-	<b>2.193.779</b>
Resultado do Período	-	-	-	455.633	455.633
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	455.633	455.633
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013</b>	<b>2.261.998</b>	<b>201.151</b>	<b>(269.370)</b>	<b>455.633</b>	<b>2.649.412</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E  
2012

(Em milhares de Reais)

	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Período	455.633	409.311
Ajustes por:		
Obrigações Pós-Emprego	139.918	119.039
Amortização	313.483	278.209
Provisões para Perdas Operacionais	127.185	67.505
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	9.331	34.717
Juros e Variações Monetárias	374.548	316.012
Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.005)	(20.517)
Imposto de Renda e Contribuição Social	234.905	207.901
	<u>1.653.998</u>	<u>1.412.177</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	130.788	(55.763)
Tributos Compensáveis	8.293	(59.742)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	4.983	53.149
Transporte de Energia	66.464	(31.086)
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(39.116)	-
Depósitos Judiciais	(17.246)	(32.119)
Ganhos Líquidos com Instrumentos financeiros	21.450	-
Outros	(45.078)	(121.046)
	<u>130.538</u>	<u>(246.607)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(312.437)	172.966
Tributos e Contribuição Social	(18.386)	(20.501)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.432)	(44.064)
Salários e Encargos Sociais	894	(12.081)
Encargos do Consumidor a Recolher	(110.884)	(30.875)
Obrigações Pós-Emprego	(93.854)	(106.576)
Outros	(67.836)	(26.092)
	<u>(628.935)</u>	<u>(67.223)</u>
Caixa Gerado pelas Operações	1.155.601	1.098.347
Juros Pagos	(400.312)	(134.980)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(174.587)	(301.869)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>580.702</b>	<b>661.498</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(367.826)	(107.214)
Em Fundos Vinculados	130.087	(21.453)
Em Intangível	(616.958)	(980.799)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(854.697)</b>	<b>(1.109.466)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.394.213	868.467
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.677.987)	(234.025)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>716.226</b>	<b>634.442</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>442.231</b>	<b>186.474</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do período	190.233	527.296
No fim do período	632.464	713.770
	<u>442.231</u>	<u>186.474</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/09/2013		30/09/2012	
<b>RECEITAS</b>				
Venda de Energia e Serviços	8.832.547		9.580.697	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	616.958		980.799	
Outras Receitas	9.396		3.401	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(46.982)		(52.617)	
	9.411.919		10.512.280	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.200.272)		(3.060.357)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(304.644)		(656.203)	
Serviços de Terceiros	(841.457)		(848.343)	
Materiais	(276.969)		(558.395)	
Outros Custos Operacionais	(164.474)		(128.255)	
	(4.787.816)		(5.251.553)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>4.624.103</b>		<b>5.260.727</b>	
<b>RETENÇÕES</b>				
Amortização	(313.483)		(278.209)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>4.310.620</b>		<b>4.982.518</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas Financeiras	211.394		227.381	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>4.522.014</b>		<b>5.209.899</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>771.339</b>	<b>17,06</b>	<b>706.102</b>	<b>13,55</b>
Remuneração Direta	450.755	9,97	477.031	9,15
Benefícios	201.525	4,46	184.755	3,55
FGTS	32.009	0,71	32.432	0,62
Programas de Desligamento de Empregados	87.050	1,92	11.884	0,23
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>2.745.038</b>	<b>60,70</b>	<b>3.597.166</b>	<b>69,04</b>
Federais	1.045.950	23,13	1.691.463	32,47
Estaduais	1.696.618	37,52	1.903.226	36,53
Municipais	2.470	0,05	2.477	0,04
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>550.004</b>	<b>12,16</b>	<b>497.320</b>	<b>9,55</b>
Juros	491.890	10,88	442.241	8,49
Aluguéis	58.114	1,28	55.079	1,06
<b>Remuneração de Capital Próprio</b>	<b>455.633</b>	<b>10,08</b>	<b>409.311</b>	<b>7,86</b>
Lucros Retidos	455.633	10,08	409.311	7,86
	<b>4.522.014</b>	<b>100,00</b>	<b>5.209.899</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.712.836 consumidores em 30 de setembro de 2013 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos efeitos dos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, explicado em mais detalhes na nota explicativa nº 2, item 2.3, destas Informações Contábeis Intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

Em 13 de novembro de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis.

## **2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis**

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas Informações Contábeis Intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Informações Contábeis Intermediárias:

### CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos, imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

### Reclassificações de saldos contábeis de 30 de setembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012, originalmente emitidas em 14 de novembro de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2013. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que tiveram reclassificações e ajustes em função das novas práticas contábeis mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>2.933.139</b>	-	<b>2.933.139</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	19.831	499.092
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>7.524.814</b>	<b>19.831</b>	<b>7.544.645</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.604.761</b>	-	<b>2.604.761</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Benefícios Pós-Emprego	1.339.105	58.326	1.397.431
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>5.196.729</b>	<b>58.326</b>	<b>5.255.055</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(38.495)	(38.495)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.656.463</b>	<b>(38.495)</b>	<b>2.617.968</b>

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>2.803.308</b>	-	<b>2.803.308</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	138.766	910.524
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>8.837.566</b>	<b>138.766</b>	<b>8.976.332</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.249.548</b>	-	<b>6.249.548</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Benefícios Pós-Emprego	1.375.823	408.136	1.783.959
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>2.928.177</b>	<b>408.136</b>	<b>3.336.313</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(269.370)	(269.370)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.463.149</b>	<b>(269.370)</b>	<b>2.193.779</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Nota	30/09/2012		
		Saldo Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	10.508.879	3.401	10.512.280
Insumos adquiridos de terceiros	a-b	(5.299.501)	47.948	(5.251.553)
Valor adicionado a distribuir		5.158.550	51.349	5.209.899
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Empregados	b	664.736	41.366	706.102
Impostos, taxas e Contribuições	b	3.596.892	274	3.597.166
Remuneração de capitais de terceiros	b	487.611	9.709	497.320
Valor adicionado distribuído		5.158.550	51.349	5.209.899

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Ganhos decorrentes da alienação de bens e direitos: reclassificados de Outros Custos Operacionais para Outras Receitas;
- b) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: segregação por natureza de custo;

### 2.3. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2013, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2012	30/09/2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
a	9	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
10	10	Depósitos Vinculados a Litígios
11	11	Ativos Financeiros da Concessão
12	12	Intangível
13	13	Fornecedores
14	14	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
15	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
16	16	Encargos Regulatórios
17	17	Obrigações Pós-Emprego
18	18	Provisões
19	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
20	20	Receita
21	21	Custos e Despesas Operacionais
22	22	Resultado Financeiro Líquido
23	23	Transações com Partes Relacionadas
24	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
25	25	Mensuração Pelo Valor Justo
28	26	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária
29	27	Eventos Subsequentes

a) Informação incluída a partir do 1º trimestre de 2013;

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
26	Seguros
27	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

### 3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas Bancárias	47.463	61.843	43.411
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	572.477	116.550	467.416
Letras Financeiras – Bancos	-	-	10.419
Outras	12.524	11.840	6.050
	<b>585.001</b>	<b>128.390</b>	<b>483.885</b>
	<b>632.464</b>	<b>190.233</b>	<b>527.296</b>

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 70% a 112% conforme operação. As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Certificados de depósitos bancários	272.788	12.146	5.000
Letras Financeiras – Bancos	114.892	70.796	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.958	-	-
Debêntures	14.163	14.316	-
Outros	4.886	3.603	-
	<b>468.687</b>	<b>100.861</b>	<b>5.000</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>443.325</b>	<b>78.626</b>	<b>5.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>25.362</b>	<b>22.235</b>	<b>-</b>

## 6. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Residencial	457.946	184.522	150.662	793.130	851.641	797.392
Industrial	270.472	25.437	82.521	378.430	400.767	430.220
Comércio, Serviços e Outras	240.184	45.186	83.816	369.186	407.390	372.079
Rural	83.278	18.074	26.386	127.738	123.751	114.130
Poder Público	73.276	7.653	14.176	95.105	93.601	97.396
Iluminação Pública	24.912	1.224	17.012	43.148	53.419	79.498
Serviço Público	43.629	1.027	21.806	66.462	69.700	84.061
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>1.193.697</b>	<b>283.123</b>	<b>396.379</b>	<b>1.873.199</b>	<b>2.000.269</b>	<b>1.974.776</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	17	880
Concessionários – Transporte de Energia	58.186	2.221	172.848	233.255	299.718	258.980
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	8.977	8.977	49.257	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(482.131)	(471.710)	(311.543)
	<b>1.251.883</b>	<b>285.344</b>	<b>578.221</b>	<b>1.633.317</b>	<b>1.877.551</b>	<b>1.923.093</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>1.389.043</b>	<b>1.657.236</b>	<b>1.849.340</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>244.274</b>	<b>220.315</b>	<b>73.753</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Residencial	136.483	131.175	116.995
Industrial	223.252	220.745	74.715
Comércio, Serviços e Outras	76.678	79.612	75.390
Rural	16.140	15.876	16.168
Poder Público	9.289	3.608	4.346
Iluminação Pública	10.245	11.261	11.808
Serviço Público	10.044	9.433	12.121
	<b>482.131</b>	<b>471.710</b>	<b>311.543</b>

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2012	Constituições	Baixas	30/09/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	471.710	46.982	(36.561)	482.131

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	83.805	85.183	73.487
COFINS	34.652	27.313	35.534
PIS-PASEP	7.523	6.705	8.490
Outros	2.054	2.186	1.449
	<b>128.034</b>	<b>121.387</b>	<b>118.960</b>
<b>Não Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	205.278	191.789	173.859
COFINS	105.815	129.771	61.018
PIS-PASEP	22.926	27.399	12.473
	<b>334.019</b>	<b>348.959</b>	<b>247.350</b>
	<b>462.053</b>	<b>470.346</b>	<b>366.310</b>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ) e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2013 superiores aos valores devidos, que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados em 2013 e anos posteriores.

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda	98.965	83.389	62.109
Contribuição Social	14.834	35.393	19.488
	<b>113.799</b>	<b>118.782</b>	<b>81.597</b>

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>			
Obrigações Pós-Emprego	435.782	418.847	285.335
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	64.536	168.344	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	171.785	168.242	113.785
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.156	153.155	153.155
Provisões	52.482	35.695	35.253
Taxa de Administração (1)	8.663	8.944	8.944
Instrumentos Financeiros Variação Cambial	12.759	-	-
Outros	18.049	7.927	27.675
	<b>917.212</b>	<b>961.154</b>	<b>624.147</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>			
Instrumentos Financeiros e Variação Cambial	-	(20.485)	(17.426)
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	-	-	(82.078)
Encargos Capitalizados (1)	(36.845)	(27.261)	(21.248)
Custo de Captação (1)	(3.729)	(2.884)	(4.303)
	<b>(40.574)</b>	<b>(50.630)</b>	<b>(125.055)</b>
<b>Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>876.638</b>	<b>910.524</b>	<b>499.092</b>

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

## c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	690.538	617.212
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(234.783)	(209.852)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>		
Incentivos Fiscais	6.401	10.465
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.417)	(2.211)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.683)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	2.654	381
Multas Indedutíveis	(6.065)	(6.677)
Outros	(12)	(7)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b>(234.905)</b>	<b>(207.901)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>34,02%</b>	<b>33,68%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(201.019)</b>	<b>(372.797)</b>
<b>Diferido</b>	<b>(33.886)</b>	<b>164.896</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set /2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	96.261	187.532
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(32.729)	(63.761)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>		
Incentivos Fiscais	2.384	5.347
Contribuições e Doações Inadotáveis	(351)	(949)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(805)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(217)	(57)
Multas Inadotáveis	(1.077)	(1.078)
Outros	(13)	(9)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b>(32.808)</b>	<b>(60.507)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>34,08%</b>	<b>32,26%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(76.336)</b>	<b>(107.139)</b>
<b>Diferido</b>	<b>43.528</b>	<b>46.632</b>

## 9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo. Do saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2013, no montante de R\$39.116, referente ao período de julho a setembro de 2013, R\$25.915 foram recebidos em outubro de 2013, sendo o restante previsto para ser recebido em novembro de 2013.

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Trabalhista</b>	224.359	166.546	135.126
<b>Obrigações Fiscais</b>			
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622	612.622
Outros	5.255	3.261	1.391
	623.577	621.583	619.713
<b>Outros</b>			
Regulatório	8.781	9.037	12.782
Cível	2.800	1.342	21.420
Relações de Consumo	2.687	1.759	1.206
Bloqueio Judicial	6.928	51.888	42.199
Outros	427	158	20
	21.623	64.184	77.627
	<b>869.559</b>	<b>852.313</b>	<b>832.466</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f), das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Provisão para perdas	Baixas	Saldo em 30/09/2013
Ativos Financeiros da Concessão	3.118.126	4.757.735	207.268	-	(4.087)	4.960.916

## 12. INTANGÍVEL

### a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	30/09/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.610.720	(5.662.871)	947.849	6.501.119	(5.392.078)	1.109.041	1.502.343
Intangível em Curso	921.931	-	921.931	669.776	-	669.776	1.201.344
<b>Total Intangível</b>	<b>7.532.651</b>	<b>(5.662.871)</b>	<b>1.869.780</b>	<b>7.170.895</b>	<b>(5.392.078)</b>	<b>1.778.817</b>	<b>2.703.687</b>

### b) Mutação do Ativo Intangível em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/09/2013
Intangível	2.703.687	1.778.817	616.958	(207.268)	(5.070)	(313.657)	1.869.780

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2013	30/09/2012
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	289.886	265.700
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(28.188)	(12.691)
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>	<b>261.698</b>	<b>253.009</b>

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 30 de setembro de 2013, o valor contábil bruto de R\$1.469.395 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

### Base Regulatória de Remuneração (“BRR”)

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012 e na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 13. FORNECEDORES

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>			
Energia de curto prazo - CCEE	139.705	48.714	38.366
Encargos de uso da rede elétrica	50.955	92.051	81.894
Energia elétrica comprada para revenda	294.818	534.249	245.571
Itaipu binacional	182.763	180.180	162.071
Materiais e serviços	135.922	261.406	225.229
	<b>804.163</b>	<b>1.116.600</b>	<b>753.131</b>

## 14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### Impostos, Taxas e Contribuições

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>			
ICMS	252.988	276.725	259.613
COFINS	31.330	45.327	37.668
PIS-PASEP	6.802	9.840	8.178
INSS	12.070	15.150	16.392
Outros	12.687	17.440	19.105
	<b>315.877</b>	<b>364.482</b>	<b>340.956</b>
<b>Não Circulante</b>			
COFINS	500.977	476.148	543.360
PIS-PASEP	108.765	103.375	117.966
	<b>609.742</b>	<b>579.523</b>	<b>661.326</b>
	<b>925.619</b>	<b>944.005</b>	<b>1.002.282</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2013						2012	2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.172	20.720	27.892	26.832	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	2.094	4.953	7.047	7.111	8.027
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>9.266</b>	<b>25.673</b>	<b>34.939</b>	<b>59.546</b>	<b>89.842</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	5.213	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	107.152	100.000	207.152	202.541	306.220
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83*	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	374.835	-	374.835	475.889	436.637
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	(2.109)	209.230	207.121	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104.25 do CDI	R\$	19.515	600.000	619.515	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	5.272	197.995	203.267	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	4.053	-	4.053	35.881	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	928	-	928	1.914	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	331	-	331	25.459	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	9.055	-	9.055	62.893	128.256
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
ELETOBRÁS	2023	UFIR + 6.00 a 8,00	R\$	82.050	272.593	354.643	390.115	428.238
Grandes Consumidores (4)	2018	Diversas	R\$	4.957	1.600	6.557	6.867	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	12.535	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	8.921	-	8.921	33.690	68.300
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>614.960</b>	<b>1.381.418</b>	<b>1.996.378</b>	<b>3.618.437</b>	<b>2.546.035</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>624.226</b>	<b>1.407.091</b>	<b>2.031.317</b>	<b>3.677.983</b>	<b>2.635.877</b>
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	21.224	410.241	431.465	-	-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	38.951	1.116.572	1.155.523	-	-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	25.151	665.957	691.108	-	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	34.133	550.300	584.433	530.287	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	406.246	-	406.246	401.360	372.697
<b>Total de Debêntures</b>				<b>525.705</b>	<b>2.743.070</b>	<b>3.268.775</b>	<b>931.647</b>	<b>875.345</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.149.931</b>	<b>4.150.161</b>	<b>5.300.092</b>	<b>4.609.630</b>	<b>3.511.222</b>

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.  
 (2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.  
 (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.  
 (4) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM : IGPD+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPD+ 6% ; MANNESMANN : TR+9%

\*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	4.620	2.491	-	-	-	-	-	20.781	27.892
Euro	1.074	1.991	1.991	1.991	-	-	-	-	7.047
	<b>5.694</b>	<b>4.482</b>	<b>1.991</b>	<b>1.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.781</b>	<b>34.939</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	81.598	16.427	183.039	183.039	183.039	-	368.274	1.415.648	2.431.064
IGP-M (2)	13.454	392.793	-	-	-	-	-	-	406.247
UFIR/RGR (3)	20.633	81.888	67.411	49.802	40.202	35.362	23.562	35.781	354.641
CDI (4)	244.066	404.581	275.102	665.739	66.338	410.817	-	-	2.066.643
Taxas pré-fixadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TR (5)	-	1.634	411	-	-	-	-	-	2.045
Outros	2.147	-	557	676	676	457	-	-	4.513
	<b>361.898</b>	<b>897.323</b>	<b>526.520</b>	<b>899.256</b>	<b>290.255</b>	<b>446.636</b>	<b>391.836</b>	<b>1.451.429</b>	<b>5.265.153</b>
	<b>367.592</b>	<b>901.805</b>	<b>528.511</b>	<b>901.247</b>	<b>290.255</b>	<b>446.636</b>	<b>391.836</b>	<b>1.472.210</b>	<b>5.300.092</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);  
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (5) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)	Indexador	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)
Dólar Norte-Americano	0,65	8,25	9,13	0,46	IPCA	3,79	3,77	0,62	1,42
Euro	4,70	7,26	11,97	1,96	FINEL	0,73	1,39	0,38	0,75
					CDI	5,62	6,59	2,08	1,91
					IGP-M	3,69	7,09	1,91	3,78

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.609.630</b>
Financiamentos Obtidos	2.402.780
Custos de Captação	(8.567)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.394.213
Varição Monetária e Cambial	76.099
Encargos Financeiros Provisionados	298.449
Encargos Financeiros Pagos	(400.312)
Amortização de Financiamentos	(1.677.987)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>5.300.092</b>

As captações de recursos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Banco do Brasil	2015	99,5% do CDI	195.848
Debêntures - 1ª Emissão	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª Emissão	2021	IPCA + 4,7%	1.103.334
Debêntures - 3ª Emissão	2025	IPCA + 5,1%	658.862
<b>Total de Captações</b>			<b>2.394.213</b>

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

## Garantias

Em 30 de setembro de 2013, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
<i>Nota Promissoria e Aval</i>	3.492.821
<i>Recebíveis</i>	1.216.280
<i>Sem Garantia</i>	590.991
<b>TOTAL</b>	<b>5.300.092</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 30 de setembro de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais(%)	COVENANTS	Saldo em 30/09/2013	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
CEMIG D (1)(2) 1ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	431.465	-	-
CEMIG D (1)(2) 2ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.155.523	-	-
CEMIG D (1 (2)) 3ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	691.108	-	-
CEMIG D (1)(2)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA+7,96	Não há	584.433	530.287	502.648
CEMIG D (1)(3)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IGP-M + 10,50	Não há	406.246	401.369	372.697
<b>TOTAL</b>					<b>3.268.775</b>	<b>931.646</b>	<b>875.345</b>

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Cemig Distribuição ou da Cemig Holding, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 - Cross-default

(3) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Cemig Distribuição ou da Cemig Holding, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$(10.000.000,00) Cross-default

### Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), com exibibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
Investimento/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 96%

(1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);

(2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

A Cemig D obteve, em 28 de junho de 2013 e válido até 30 de junho de 2014, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 30 de junho de 2013.

## 16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
Eficiência Energética	130.256	134.498	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	43.046	65.194	92.225
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.126	37.570	32.674
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	37.200	34.870
Encargos de Capacidade Emergencial	31.019	31.035	31.092
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.645	50.887
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	21.236	18.790
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	-	4.678	3.499
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.273	1.806	1.806
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
	<b>249.185</b>	<b>360.069</b>	<b>398.065</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>137.957</b>	<b>238.048</b>	<b>210.312</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>111.228</b>	<b>122.021</b>	<b>187.753</b>

## 17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)</b>	<b>704.518</b>	<b>586.388</b>	<b>15.983</b>	<b>514.184</b>	<b>1.821.073</b>
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	50.788	48.211	1.311	39.608	139.918
Contribuições Pagas	(54.531)	(32.075)	(1.034)	(6.214)	(93.854)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2013</b>	<b>700.775</b>	<b>602.524</b>	<b>16.260</b>	<b>547.578</b>	<b>1.867.137</b>
<b>Passivo Circulante 30 de setembro de 2013</b>					<b>40.418</b>
<b>Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2013</b>					<b>1.826.719</b>

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

No período de janeiro a setembro de 2013, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

## 18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	01/01/2012	31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2013
Trabalhistas	18.469	21.405	66.977	-	(26.461)	61.921
Cíveis						
Relações de Consumo	46.711	42.190	5.487	(18.623)	(5.487)	23.567
Outras Ações Cíveis	10.748	19.632	5.442	(5.181)	(5.442)	14.451
	57.459	61.822	10.929	(23.804)	(10.929)	38.018
Tributárias	3.109	2.378	4.986	(601)	(1.288)	5.475
Ambientais	276	274	4	(217)	-	61
Regulatórias	20.238	12.505	22.512	(2.006)	(2.186)	30.825
Outras	4.133	6.602	1.423	-	(225)	7.800
<b>Total</b>	<b>103.684</b>	<b>104.986</b>	<b>106.831</b>	<b>(26.628)</b>	<b>(41.089)</b>	<b>144.100</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

## **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$253.637, dos quais R\$61.921 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$50.713, dos quais R\$23.567 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$100.128, dos quais R\$14.451 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$12.091, dos quais R\$5.475 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$105.070, dos quais R\$30.825 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$46.059, dos quais R\$7.861 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$152.399.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$523.677, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$117.813 e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

### *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$4.649. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais, envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

## Questões Regulatórias

### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$16.531.

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.236.511, para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$139.913. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

## Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$173.448.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2013 e 2012, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

### Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número médio de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado de janeiro a setembro	455.633	409.311
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,2014	0,1810

	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado de julho a setembro	63.453	127.025
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0281	0,0562

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

## 20. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	7.281.932	7.979.376
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	806.384	1.396.221
Transações com Energia na CCEE	184.438	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	616.958	980.799
Outras Receitas Operacionais (d)	559.793	205.100
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(2.649.914)	(3.579.989)
	<b>6.799.591</b>	<b>6.981.507</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.459.013	2.718.796
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	214.461	470.951
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	195.132	438.373
Outras Receitas Operacionais (d)	231.931	51.914
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(845.253)	(1.170.414)
	<b>2.255.284</b>	<b>2.509.620</b>

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Residencial	7.039.710	6.593.995	3.376.992	3.624.791
Industrial	2.996.085	3.137.724	986.295	1.177.353
Comércio, Serviços e Outros	4.212.720	4.011.848	1.689.488	1.822.634
Rural	2.245.794	2.091.501	553.382	571.872
Poder Público	636.012	610.726	243.880	267.072
Iluminação Pública	947.598	928.484	232.758	254.887
Serviço Público	925.918	877.436	244.746	261.758
<b>Subtotal</b>	<b>19.003.837</b>	<b>18.251.714</b>	<b>7.327.541</b>	<b>7.980.367</b>
Consumo Próprio	25.724	25.336	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(45.609)	(991)
<b>Total</b>	<b>19.029.561</b>	<b>18.277.050</b>	<b>7.281.932</b>	<b>7.979.376</b>

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
Residencial	2.343.749	2.210.313	1.096.310	1.226.478
Industrial	1.025.795	1.043.940	339.950	403.628
Comércio, Serviços e Outros	1.353.431	1.290.234	545.076	598.335
Rural	910.719	826.834	209.112	217.807
Poder Público	209.886	201.149	80.421	90.415
Iluminação Pública	317.629	313.113	77.680	87.025
Serviço Público	316.123	299.377	85.606	91.782
<b>Subtotal</b>	<b>6.477.332</b>	<b>6.184.960</b>	<b>2.434.155</b>	<b>2.715.470</b>
Consumo Próprio	8.338	8.139	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	24.858	3.326
<b>Total</b>	<b>6.485.671</b>	<b>6.193.099</b>	<b>2.459.013</b>	<b>2.718.796</b>

(\*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

## b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

## c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas Notas Explicativas nºs 12 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## d) Outras Receitas Operacionais

	30/09/2013	30/09/2012
Serviço Taxado	8.052	12.655
Outras Prestações de Serviços	9.344	8.886
Subvenções (*)	488.725	123.796
Aluguel e Arrendamento	17.848	58.699
Outras	35.824	1.064
	<b>559.793</b>	<b>205.100</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
Serviço Taxado	2.103	4.937
Outras Prestações de Serviços	2.362	3.780
Subvenções (*)	181.596	26.771
Aluguel e Arrendamento	15.467	16.009
Outras	30.403	417
	<b>231.931</b>	<b>51.914</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS. Do montante reconhecido na receita, a Companhia tem a receber R\$226.710 referente a subvenção desconto TUSD e R\$25.650 referente a subvenção baixa renda, ambos reconhecidos no Ativo Circulante.

## e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2013	30/09/2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.695.382	1.901.744
PIS-PASEP	137.530	153.989
COFINS	633.473	709.281
ISSQN	221	253
	<b>2.466.606</b>	<b>2.765.267</b>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	78.974
Programa de Eficiência Energética (PEE)	29.886	17.138
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	91.129	338.127
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	25.645	331.772
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	15.241	12.178
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	7.587	12.178
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	5.590	6.089
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	8.230	18.266
	<b>183.308</b>	<b>814.722</b>
	<b>2.649.914</b>	<b>3.579.989</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set /2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	545.932	646.325
PIS-PASEP	44.504	49.589
COFINS	204.991	228.407
ISSQN	92	113
	<b>795.519</b>	<b>924.434</b>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	29.277
Programa de Eficiência Energética (PEE)	9.679	10.407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	30.376	112.709
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	76.935
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.872	4.163
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.871	4.163
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	1.936	2.082
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	-	6.244
	<b>49.734</b>	<b>245.980</b>
	<b>845.253</b>	<b>1.170.414</b>

## 21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2013	30/09/2012
Pessoal (a)	694.898	568.701
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	54.895	117.521
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	89.130	70.416
Materiais	36.121	34.954
Serviços de Terceiros (b)	530.848	499.535
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.925.655	2.800.406
Amortização	313.483	278.209
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	127.185	67.505
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	275.724	594.585
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	616.958	980.799
Outras Despesas Líquidas (f)	191.219	145.795
	<b>5.856.116</b>	<b>6.158.426</b>

	Jul a Set /2013	Jul a Set /2012
Pessoal (a)	201.745	183.677
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	17.562	38.693
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	29.710	23.472
Materiais	13.097	13.059
Serviços de Terceiros (b)	169.736	174.491
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.103.727	1.019.517
Amortização	100.367	101.738
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	53.762	13.097
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	103.736	202.674
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	195.132	438.373
Outras Despesas Líquidas (f)	82.314	51.535
	<b>2.070.888</b>	<b>2.260.326</b>

a) Despesas com Pessoal	30/09/2013	30/09/2012
Remunerações e Encargos	527.030	511.730
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	35.623	33.087
Benefícios Assistenciais	73.798	73.007
	<b>636.451</b>	<b>617.824</b>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(20.798)	(61.006)
Programas de Desligamento de Empregados – PDV/PID	79.245	11.883
	<b>694.898</b>	<b>568.701</b>

a) Despesas com Pessoal	Jul a Set /2013	Jul a Set /2012
Remunerações e Encargos	172.354	171.238
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.305	10.289
Benefícios Assistenciais	23.912	23.000
	<b>207.571</b>	<b>204.527</b>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(6.465)	(25.238)
Programas de Desligamento de Empregados – PDV/PID	639	4.388
	<b>201.745</b>	<b>183.677</b>

## Programas de Desligamento de Empregados

### *Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)*

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de vinte anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a quatro remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa foi de R\$83.500, em conformidade a adesão de 843 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013. Para aqueles empregados que reuniram as condições relacionadas acima e que, ainda, precisam comprovar esta condição junto ao INSS, o prazo limite para desligamento é dezembro de 2013.

<b>b) Serviços de Terceiros</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	132.924	125.447
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	117.541	105.018
Comunicação	52.819	64.618
Conservação e Limpeza de Prédios	47.159	34.476
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.859	-
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	22.217	25.126
Corte e Religação	14.680	23.550
Podas de Árvores	16.669	18.513
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	15.966	8.760
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	16.187	23.324
Mão de Obra Contratada	9.138	11.531
Hospedagem e Alimentação	6.962	8.369
Vigilância	5.613	5.788
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	4.414	3.895
Manutenção e Conservação de Veículos	4.395	5.619
Reprografia e Publicações Legais	4.426	5.670
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.339	3.683
Fretes e Passagens	2.102	2.772
Consultoria	1.047	1.764
Outros	28.391	21.612
	<b>530.848</b>	<b>499.535</b>

<b>b) Serviços de Terceiros</b>	<b>Jul a Set /2013</b>	<b>Jul a Set /2012</b>
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	43.789	45.887
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	29.088	30.784
Comunicação	18.426	21.750
Conservação e Limpeza de Prédios	18.321	13.024
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	7.573	9.968
Corte e Religação	3.856	9.047
Podas de Árvores	5.895	6.781
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	6.997	3.852
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	9.819	8.241
Mão de Obra Contratada	3.176	3.011
Hospedagem e Alimentação	2.783	3.102
Vigilância	2.180	1.931
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.074	712
Manutenção e Conservação de Veículos	1.333	2.072
Reprografia e Publicações Legais	1.791	2.528
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.307	2.148
Fretes e Passagens	853	980
Consultoria	462	623
Outros	11.013	8.050
	<b>169.736</b>	<b>174.491</b>

<b>c) Energia Elétrica Comprada para Revenda</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Energia de Itaipu Binacional	750.369	648.355
Contratos por Cotas de Garantia Física	170.955	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	112.558	-
Energia de Curto Prazo	175.464	528.890
Contratos Bilaterais	216.170	213.526
Energia adquirida em Leilão	1.583.627	1.500.476
PROINFA	191.127	169.110
Créditos de PASEP/COFINS	(274.615)	(259.951)
	<b>2.925.655</b>	<b>2.800.406</b>

<b>c) Energia Elétrica Comprada para Revenda</b>	<b>Jul a Set /2013</b>	<b>Jul a Set /2012</b>
Energia de Itaipu Binacional	272.637	231.112
Contratos por Cotas de Garantia Física	60.511	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	37.519	-
Energia de Curto Prazo	173.600	208.634
Contratos Bilaterais	74.915	79.752
Energia adquirida em Leilão	530.031	528.788
PROINFA	63.709	56.370
Créditos de PASEP/COFINS	(109.195)	(85.139)
	<b>1.103.727</b>	<b>1.019.517</b>

<b>d) Provisões (Reversões) Operacionais</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012 Reclassificado</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	46.982	52.617
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	66.977	5.062
Cíveis	(12.876)	11.620
Tributárias	4.386	(269)
Ambientais	(213)	(45)
Regulatórias	20.506	(5.354)
Outras	1.423	3.874
	<b>80.203</b>	<b>14.888</b>
	<b>127.185</b>	<b>67.505</b>

<b>d) Provisões (Reversões) Operacionais</b>	<b>Jul a Set /2013</b>	<b>Jul a Set /2012 Reclassificado</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.501	26.528
Provisão (Reversão) para Contingências		-
Trabalhistas	32.265	1.772
Cíveis	998	(12.918)
Tributárias	3.539	(560)
Ambientais	(258)	8
Regulatórias	3.476	(1.957)
Outras	241	224
	<b>40.261</b>	<b>(13.431)</b>
	<b>53.762</b>	<b>13.097</b>

<b>e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Pessoal	18.875	42.487
Materiais	240.848	523.441
Serviços de Terceiros	310.607	348.804
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	27.559	8.991
Aquisição de Imóveis e Instalações	119	2.774
Arrendamentos e Aluguéis	132	718
Impostos e Taxas	515	274
Outros	18.303	53.310
	<b>616.958</b>	<b>980.799</b>

<b>e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição</b>	<b>Jul a Set /2013</b>	<b>Jul a Set /2012</b>
Pessoal	2.294	3.969
Materiais	70.103	247.612
Serviços de Terceiros	107.731	135.943
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	5.378	5.626
Aquisição de Imóveis e Instalações	119	735
Arrendamentos e Aluguéis	31	252
Impostos e Taxas	180	56
Outros	9.296	44.180
	<b>195.132</b>	<b>438.373</b>

<b>f) Outras Despesas Líquidas</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Arrendamentos e Aluguéis	56.494	53.034
Propaganda e Publicidade	1.335	4.281
Consumo Próprio de Energia Elétrica	8.848	10.517
Subvenções e Doações	7.411	11.936
Taxa de Fiscalização da ANEEL	15.198	16.197
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA, PASEP, COFINS e outros)	55.267	22.672
Contribuição à CCEE	2.720	1.898
Seguros	1.158	1.224
Forluz – Custeio Administrativo	12.124	12.277
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	34.728	13.322
Outras (Recuperação de Despesas)	(4.064)	(1.563)
	<b>191.219</b>	<b>145.795</b>

f) Outras Despesas Líquidas	Jul a Set /2013	Jul a Set/2012
Arrendamentos e Aluguéis	20.674	17.779
Propaganda e Publicidade	(524)	726
Consumo Próprio de Energia Elétrica	1.867	3.237
Subvenções e Doações	2.078	5.722
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.899	5.399
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	21.982	4.965
Contribuição à CCEE	914	716
Seguros	369	378
Forluz – Custeio Administrativo	4.035	4.093
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	29.403	9.468
Outras (Recuperação de Despesas)	(3.383)	(948)
	<b>82.314</b>	<b>51.535</b>

## Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2013	30/09/2012
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	50.435	32.912
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	117.682	111.115
Variações Cambiais	10.608	14.546
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 24)	1.005	20.317
Variações Monetárias	6.879	712
Multas Contratuais	15.889	39.255
Outras	8.916	8.524
	<b>211.394</b>	<b>227.381</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(261.698)	(253.009)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(50.788)	(48.623)
Variações Cambiais	(29.408)	(28.479)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(72.034)	(43.041)
Variação Monetária de P&D e PEE	(8.309)	(13.189)
Outras Variações Monetárias	(2.654)	(8.494)
Outras	(39.440)	(38.415)
	<b>(464.331)</b>	<b>(433.250)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(252.937)</b>	<b>(205.869)</b>

	Jul a Set /2013	Jul a Set /2012
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	22.953	16.009
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	32.612	41.925
Variações Cambiais	2.461	6.165
Ganhos com Instrumentos Financeiros <i>(nota 24)</i>	-	1.122
Variações Monetárias	2.382	-
Multas Contratuais	3.411	11.732
Outras	1.811	1.925
	<b>65.630</b>	<b>78.878</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(93.335)	(90.416)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(11.779)	(14.220)
Variações Cambiais	(18.617)	(2.540)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(18.477)	(18.598)
Variação Monetária de P&D e PEE	(3.427)	(3.800)
Outras Variações Monetárias	(616)	(2.601)
Outras	(7.514)	(8.465)
	<b>(153.765)</b>	<b>(140.640)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(88.135)</b>	<b>(61.762)</b>

### 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	12.452	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	119.947	119.947	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	5.115	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	16.629	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.100	3.130	17.412	28.386	27.540	28.393	(104.312)	(181.242)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	18.081	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Capim Branco</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.171	7.406	3.945	3.718	(72.294)	(51.123)
<b>Cemig Telecomunicações</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	258	-	3.266	-	2.326	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	5.655	2.444	-	-	3.211	-	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.266	2.996	-	-	(7.934)	-
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.867	2.577	-	-	(11.553)	(19.606)
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	844	1.167	-	-	(5.019)	-
<b>Empresa Paraense de Transmissão de Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	161	224	-	-	(1.025)	-
<b>Baguari Energia</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	8	-	340	717	-	-	(4.175)	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (5)	9.775	8.197	-	-	64.142	70.285	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	40.418	37.114	-	-	(50.788)	(70.416)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(35.623)	(33.087)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(12.124)	(12.277)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	660.357	553.259	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	-	-	-	-	(49.522)	(23.343)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	618.784	445.446	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) A companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo governo federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se aos Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e subtransmissão, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 17 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora. A tabela abaixo demonstra a os custos com a Administração registrados na controladora.

	30/09/2013	30/09/2012
Remuneração	6.087	6.573
Participação nos Resultados	1.722	721
Benefícios Pós Emprego	583	506
Benefícios Assistenciais	92	84
<b>Total</b>	<b>8.484</b>	<b>7.884</b>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures; “swaps” de moedas e taxas de juros e Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos Financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo Reapresentado
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	585.001	585.001	128.390	128.390
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.633.317	1.633.317	1.877.551	1.877.551
Depósitos Vinculados a Litígios	869.559	869.559	852.313	852.313
Fundos Vinculados	2.169	2.169	132.256	132.256
	<u>3.090.046</u>	<u>3.090.046</u>	<u>2.990.510</u>	<u>2.990.510</u>
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão	4.960.916	4.960.916	4.757.735	4.757.735
<b>Mantidos até o vencimento</b>				
Títulos e valores mobiliários	318.127	317.653	60.369	60.548
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	150.559	150.559	40.492	40.492
Instrumentos Derivativos – Contratos de Swap	-	-	20.445	20.445
<b>Passivos Financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao Custo Amortizado</b>				
Fornecedores	804.163	804.163	1.116.600	1.116.600
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.300.092	5.346.578	4.609.630	4.809.235
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	809.704	809.704	590.373	590.373
	<u>6.913.959</u>	<u>6.960.445</u>	<u>6.316.603</u>	<u>6.516.208</u>

### a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos e em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição contratou operações de *hedge*, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2013		31/12/2012	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	12.509	27.892	25.659	52.435
Fornecedores (Itaipu Binacional)	86.059	182.763	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
	98.568	210.655	104.628	208.792
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	2.335	7.046	2.638	7.111
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>217.701</b>		<b>215.903</b>

### Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2014 será uma valorização de 2,56% para o Dólar (R\$2,230) e uma desvalorização de 3,74% para o Euro (R\$3,018). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	30/09/2013	30/09/2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	27.892	28.605	35.756	42.908
Fornecedores (Itaipu Binacional)	182.763	187.435	234.294	281.153
	210.655	216.040	270.050	324.061
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	7.046	6.782	8.478	10.173
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>217.701</b>	<b>222.822</b>	<b>278.528</b>	<b>334.234</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial (ganho)/perda</b>		<b>5.121</b>	<b>60.827</b>	<b>116.533</b>

## Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	585.001	128.390
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	468.687	100.861
Fundos Vinculados	2.169	132.256
	<u>1.055.857</u>	<u>361.507</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 15)	(2.066.643)	(2.428.303)

### Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, a taxa SELIC será de 10,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10%	Cenário Possível SELIC 12,50%	Cenário Remoto SELIC 15,00%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	585.001	643.501	658.126	672.751
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	468.687	515.556	527.273	538.990
Fundos Vinculados	2.169	2.386	2.440	2.494
	<u>1.055.857</u>	<u>1.161.443</u>	<u>1.187.839</u>	<u>1.214.236</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 15)	(2.066.643)	(2.273.307)	(2.324.973)	(2.376.639)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(1.010.786)</b>	<b>(1.111.865)</b>	<b>(1.137.134)</b>	<b>(1.162.404)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b>(101.079)</b>	<b>(126.348)</b>	<b>(151.618)</b>

## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2013	31/12/2012
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.960.916	4.757.735
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.431.064)	(530.287)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(406.247)	(401.360)
	(2.837.311)	(931.647)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>2.123.605</b>	<b>3.826.088</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,32% e 6,15%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,32% IGP-M 6,15%	Cenário Possível IPCA 7,90% IGP-M 7,69%	Cenário Remoto IPCA 9,48% IGP-M 9,23%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.960.916	5.266.012	5.342.410	5.418.809
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.431.064)	(2.584.707)	(2.623.118)	(2.661.529)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(406.247)	(431.231)	(437.487)	(443.744)
	(2.837.311)	(3.015.938)	(3.060.605)	(3.105.272)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>2.123.605</b>	<b>2.250.074</b>	<b>2.281.805</b>	<b>2.313.536</b>
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		<b>126.469</b>	<b>158.200</b>	<b>189.931</b>

### Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.537	86.557	1.193.608	3.321.512	3.512.100	8.115.314
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	6.151	18.714	57.863	350.950	634.891	1.068.568
	<b>7.688</b>	<b>105.271</b>	<b>1.251.471</b>	<b>3.672.462</b>	<b>4.146.991</b>	<b>9.183.883</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A provisão para devedores duvidosos constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$482.131.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora desde 2004 uma Política de Aplicação Financeira onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

\*\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### **Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores, inclusive tendo inapto em outros empréstimos devida a cláusulas de *cross default*. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Não há previsão contratual de cláusulas restritivas para o período findo em 30/09/2013.

### **b) Instrumentos Financeiros - Derivativos**

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de setembro de 2013 no montante de R\$1.005 (ganho de R\$20.317 em 30 de setembro de 2012), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros, ao implementar planos de ação.

### **Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições**

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 30 de setembro de 2013:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(228)	(23.823)	-	(24.051)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					<b>1.005</b>	<b>20.445</b>		

A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

### Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

### Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012
Total do Passivo	9.876.020	9.585.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	(632.464)	(190.233)
Fundos Vinculados	(2.169)	(132.256)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>9.241.387</b>	<b>9.263.372</b>
Total do Patrimônio Líquido	2.661.240	2.193.779
<b>Capital Ajustado</b>	<b>2.661.240</b>	<b>2.193.779</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>3,47</b>	<b>4,22</b>

## 25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
  
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
  
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2013	Valor justo em 30 de setembro de 2013		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.103	-	10.103	-
Letras Financeiras – Bancos	62.358	-	62.358	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.957	-	61.957	-
Debêntures	12.140	-	12.140	-
Outros	4.001	-	4.001	-
	150.559	-	150.559	-
Fundos Vinculados	2.169	-	2.169	-
Ativos Financeiros da Concessão	4.960.916	-	-	4.960.916
	<b>5.113.644</b>	<b>-</b>	<b>152.728</b>	<b>4.960.916</b>

## Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Trimestrais.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA

### Resultado da 3ª Revisão Tarifária

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representou um reajuste tarifário de 3,06%, constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento Tarifário Econômico de 0,47%, decorrente do aumento de 22,3% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e da redução de 26,5% dos custos gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,59%. Esse reajuste vigorará até abril de 2014.

Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2012, de 2,34%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%. Este reajuste incidiu nas tarifas já reduzidas em 18,14%, decorrentes da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) anunciada em 24 de janeiro de 2013.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843. A Companhia ainda aguarda o julgamento de recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos pela ANEEL para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

## DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

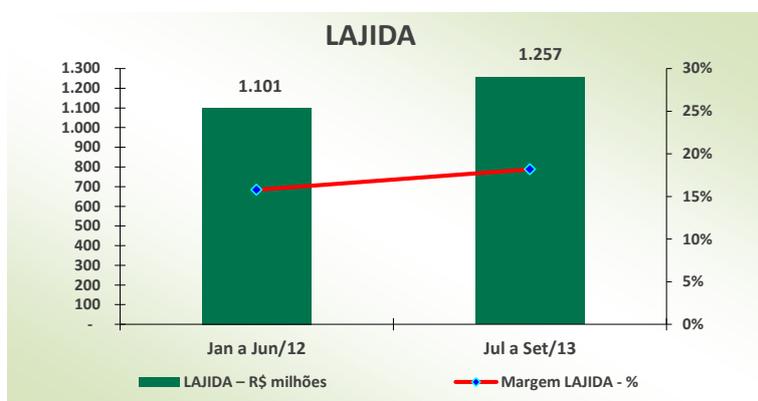
### Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2013, um resultado de R\$455.633, em comparação ao resultado de R\$409.311, no período de janeiro a setembro de 2012, um aumento de 11,32%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 14,14% no período de janeiro a setembro de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2013	30/09/2012	Var. %
Resultado do Período	455.633	409.311	11,32
+ Despesa de IR e Contribuição Social	234.905	207.901	12,99
+ Resultado Financeiro Líquido	252.937	205.869	22,86
+ Amortização	313.483	278.209	12,68
= LAJIDA	<b>1.256.958</b>	<b>1.101.290</b>	<b>14,14</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação ao período de janeiro a setembro de 2012, deve-se, principalmente, à redução de 5,74% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 15,77%, no período de janeiro a setembro de 2012, para 18,49%, no período de janeiro a setembro de 2013.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)**

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.281.932, no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação a R\$7.979.376, no período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 8,74%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a setembro de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- aumento de 4,12% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.

### **Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)**

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/2013	30/09/2012	Var %
Residencial	7.039.710	6.593.995	6,76
Industrial	2.996.085	3.137.724	(4,51)
Comércio, Serviços e Outros	4.212.720	4.011.848	5,01
Rural	2.245.794	2.091.501	7,38
Poder Público	636.012	610.726	4,14
Iluminação Pública	947.598	928.484	2,06
Serviço Público	925.918	877.436	5,53
<b>Total</b>	<b>19.003.837</b>	<b>18.251.714</b>	<b>4,12</b>

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 59,21% do mercado cativo total, e apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2013, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- elevação de 3,21% do consumo médio por consumidor residencial, somado a um crescimento de 3,44% do número de consumidores residenciais, quando comparado ao mesmo período de 2012;
- crescimento destacado para o comércio varejista, que representa 33,0% do mercado cativo comercial e cresceu 5,50%, quando comparado ao mesmo período de 2012.

Com relação ao mercado cativo rural, um dos principais fatores para o crescimento de 7,38% foi a expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março.

Este crescimento foi, parcialmente, compensado pela redução de 4,51% no mercado cativo industrial, decorrente do desaquecimento das atividades deste setor.

#### ***Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres***

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2013, a receita foi de R\$806.384 comparada a R\$1.396.221 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 42,25%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

#### ***Transações com Energia na CCEE***

Esta receita está associada à exposição líquida positiva da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo, que foi de R\$184.438 no período de janeiro a setembro de 2013, evento que não ocorreu em 2012. Este resultado decorre dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período.

### **Receita de Construção**

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$616.958, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$980.799, do mesmo período de 2012, uma redução de 37,10%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### **Outras Receitas Operacionais**

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 172,94% nos períodos comparados (R\$559.793 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação a R\$205.100 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$351.772 no período de janeiro a setembro de 2013.

### **Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita**

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2013 foram de R\$2.649.914, comparados a R\$3.579.989, do período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 25,98%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução e extinção de encargos setoriais.

### **Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente a janeiro de 2013, comparados a R\$331.772, do período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 92,27%.

Este era um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados era compensada no reajuste tarifário subsequente.

### **Reserva Global de Reversão (RGR)**

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no período de janeiro a setembro de 2012 foram de R\$78.974.

#### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$91.129, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$338.127, do período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 73,05%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

#### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$5.856.116, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$6.158.426, do período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 4,91%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

#### Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$275.724 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$594.585 no período de janeiro a setembro de 2012, representando uma redução de 53,63%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$616.958, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$980.799 do mesmo período de 2012, uma redução de 37,10%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$694.898 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$568.701 no período de janeiro a setembro de 2012, representando um aumento de 22,19%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$83.500 em 2013. Adicionalmente contribuiu para esta variação, o reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Amortização

A amortização foi de R\$313.483, no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$278.209, do mesmo período de 2012, um aumento de 12,68%. Esse resultado decorre dos investimentos novos no período que passaram a ser amortizados.

### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$530.848 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$499.535 do mesmo período de 2012, representando um aumento de 6,27%, decorrente, principalmente, dos gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), no montante de R\$24.859 que serão reembolsados através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014. Também contribuíram para a variação nesta despesa os aumentos de alguns gastos com destaque para a manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos que passou de R\$105.018 em 2012 para R\$117.541 em 2013 e conservação e limpeza de prédios que passou de R\$34.476 em 2012 para R\$47.159 em 2013.

O aumento na despesas com Serviços de Terceiros foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre os quais destacam-se os serviços de comunicação e corte e religação.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 21 às Informações Contábeis Intermediárias.

### Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$54.895 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$117.521 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 53,29%. Esta variação decorre das expectativas da Companhia em relação às participações dos empregados no resultado de 2013.

### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925.655 no período de janeiro a setembro de 2013, comparada a R\$2.800.406 no período de janeiro a setembro de 2012, um aumento de 4,47%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País. O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No período de janeiro a setembro de 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$848.332, conforme abaixo:

- R\$489.491 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;
  - R\$457.664 em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).
- aumento de 5,54% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.583.627 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$1.500.476 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
  - alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
  - aumento de 15,73% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$750.369 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$648.355 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no período de janeiro a setembro de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2013 foi de R\$2,1238, em comparação a R\$1,8564 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 14,40%;
  - aumento de 13,02% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foram de R\$191.127 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$169.110 do mesmo período de 2012, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL.

### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$127.185, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$67.505, do mesmo período de 2012, um aumento de 88,41%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição em 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$20.315. O aumento nas provisões trabalhistas decorre do maior volume e revisão da expectativa de perda de ações desta natureza no período, substancialmente, compensado pela reversão de provisões relativas a diversos processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

### Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$89.130, no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$70.416, do mesmo período de 2012, um aumento de 26,58%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

### Outras Despesas Operacionais Líquidas

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$191.219 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$145.795 no mesmo período de 2012, o que representou um aumento de 31,16%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$252.937, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$205.869 no mesmo período de 2012, um aumento de 22,86%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 53,24% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$50.435 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$32.912 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;

- redução de 64,02% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$14.123 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação com R\$39.255 no período de janeiro a setembro de 2012, decorrente, principalmente, de renegociação de débitos relativos a contrato de compartilhamento de infraestrutura em 2012;
- aumento de 67,36% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$72.034 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$43.041 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações em 2013 indexadas a índices de inflação vinculado ao aumento do IPCA no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$234.905 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$690.538, representando um percentual de 34,02%. No período de janeiro a setembro de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$207.901 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$617.212, representando um percentual de 33,68%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2013 E 2012**

	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var. %
<b>RECEITA</b>	2.255.284	2.509.620	(10,13)
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(201.745)	(183.677)	9,84
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(17.562)	(38.693)	(54,61)
Obrigações Pós-emprego	(29.710)	(23.472)	26,58
Materiais	(13.097)	(13.059)	0,29
Serviços de Terceiros	(169.736)	(174.491)	(2,73)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.103.727)	(1.019.517)	8,26
Amortização	(100.367)	(101.738)	(1,35)
Provisões Operacionais	(53.762)	(13.097)	310,49
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(195.132)	(438.373)	(55,49)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(103.736)	(202.674)	(48,82)
Outras Despesas Líquidas	(82.314)	(51.535)	59,72
	<b>(2.070.888)</b>	<b>(2.260.326)</b>	<b>(8,38)</b>
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>184.396</b>	<b>249.294</b>	<b>(26,03)</b>
Receitas Financeiras	65.630	78.268	(16,15)
Despesas Financeiras	(153.765)	(140.030)	9,81
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>96.261</b>	<b>187.532</b>	<b>(48,67)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.336)	(107.139)	(28,75)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.528	46.632	(6,66)
<b>Resultado do Período</b>	<b>63.453</b>	<b>127.025</b>	<b>(50,05)</b>

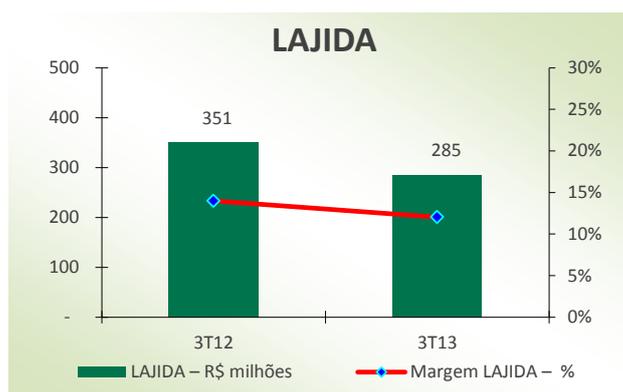
## Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2013, um Lucro Líquido de R\$63.453, em comparação ao Lucro Líquido de R\$127.025, no terceiro trimestre de 2012, uma redução de 50,05%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 5,12% no terceiro trimestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var. %
Resultado do Período	63.453	127.025	(50,05)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	32.808	60.507	(45,78)
+ Resultado Financeiro Líquido	88.135	61.762	42,70
+ Amortização	100.367	101.738	(1,35)
<b>= LAJIDA</b>	<b>284.763</b>	<b>351.032</b>	<b>(18,88)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2013, em comparação ao terceiro trimestre de 2012, deve-se, principalmente, à redução de 10,13% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 13,99%, no terceiro trimestre de 2012, para 12,63%, no terceiro trimestre de 2013.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)**

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.459.013, no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$2.718.796, no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 9,56%. Os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- aumento de 4,73% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.

### **Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)**

Consumo por Classe	MWh		
	Terceiro Trim/2013	Terceiro Trim/2012	Var %
Residencial	2.343.749	2.210.313	6,04
Industrial	1.025.795	1.043.940	(1,74)
Comércio, Serviços e Outros	1.353.431	1.290.234	4,90
Rural	910.719	826.834	10,15
Poder Público	209.886	201.149	4,34
Iluminação Pública	317.629	313.113	1,44
Serviço Público	316.123	299.377	5,59
<b>Total</b>	<b>6.477.332</b>	<b>6.184.960</b>	<b>4,73</b>

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 57,08% do mercado cativo total, e apresentaram um aumento no volume de energia faturada de 6,04% e 4,90%, respectivamente, em decorrência, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 3,44% e 2,37% nessa ordem.

Este crescimento foi, parcialmente, compensado pela redução de 1,74% no mercado cativo industrial, decorrente do desaquecimento das atividades deste setor.

### ***Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres***

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2013, a receita foi de R\$214.461 comparada a R\$470.951 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 54,46%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013, associada ao desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que ocasionou uma redução de 4,45% no volume de energia transportada no terceiro trimestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012 .

### ***Receita de Construção***

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$195.132, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$438.373, do mesmo período de 2012, uma redução de 55,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### ***Outras Receitas Operacionais***

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 346,76% nos trimestres comparados (R\$231.931 no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$51.914 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$136.026 no terceiro trimestre de 2013.

### ***Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita***

Os impostos e encargos sobre a Receita no terceiro trimestre de 2013 foram de R\$845.253, comparados a R\$1.170.414, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 27,78%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução ou extinção de encargos setoriais.

### **Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), sendo apurados custos de R\$76.935 no terceiro trimestre de 2012.

### Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no terceiro trimestre de 2012 foram de R\$29.277.

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$30.376, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$112.709, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 73,05%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.070.888, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$2.260.326, do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 8,38%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

#### Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$103.736 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$202.674 no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 48,82%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

#### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$195.132, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$438.373, do mesmo período de 2012, uma redução de 55,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

#### Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma despesas no montante de R\$17.562 no terceiro trimestre de 2013, comparados às despesas no montante de R\$38.693 no mesmo período de 2012. Esta variação decorre da expectativa de pagamento de PLR em 2013 pela Administração.

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.103.727 no terceiro trimestre de 2013, comparada a R\$1.019.517 no terceiro trimestre de 2012, um aumento de 8,26%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País. O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$98.822, em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética);
- aumento de 17,97% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$272.637 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$231.112 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no terceiro trimestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$2,296, em comparação a R\$1,694 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 35,53%.
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

#### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$53.762, no terceiro trimestre de 2013, comparados a uma despesa de R\$13.097, do mesmo período de 2012. Esta variação decorre, principalmente, do aumento nas provisões trabalhistas em 2013, em decorrência do maior volume e revisão da expectativa de perda de ações desta natureza, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

#### Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$29.710, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$23.472, do mesmo período de 2012, um aumento de 26,58%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

### Outras Despesas Operacionais Líquidas

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$82.314 no período de janeiro a setembro de 2013, comparados a R\$51.535 no mesmo período de 2012, o que representou um aumento de 59,72%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O Resultado Financeiro Líquido, no terceiro trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$88.135, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$61.762 no mesmo período de 2012, um aumento de 42,70%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 43,38% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$22.953 no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$16.009 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- redução de 70,93% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$3.411 no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação com R\$11.732 no período de janeiro a setembro de 2012;
- redução de 22,21% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$32.612 no terceiro trimestre de 2013, em comparação a R\$41.925 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente em 2012, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição de períodos anteriores.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$32.808 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$96.261, representando um percentual de 34,08%. No terceiro trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$60.507 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$187.532, representando um percentual de 32,26%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

## Ativos e Passivos Regulatórios

As informações referentes aos ativos e passivos regulatórios constam do tópico Outras Informações que a Companhia entenda relevantes.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

### Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) a partir de 2010, os ativos e passivos regulatórios passaram a não mais ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Da mesma forma, os valores referentes aos itens regulatórios somente são reconhecidos nos resultados do exercício a partir da sua inclusão efetiva na tarifa da Companhia.

O impacto dos ativos e passivos regulatórios caso estivessem sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia seriam conforme abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	30/09/2013	31/12/2012
Ativo	259.103	839.907	1.099.010	863.757
Passivo	(149.314)	(692.926)	(842.240)	(297.013)
	<b>109.789</b>	<b>146.981</b>	<b>256.770</b>	<b>566.744</b>

	30/09/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Ativos</b>			
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.002.894	785.582	302.771
Revisão Tarifa de Uso da Rede de Distribuição – TUSD (2)	-	3.089	3.089
Descontos TUSD Fonte Incentivada	48.233	59.390	24.746
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	890	7.254	29.341
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	2.959	-	-
Descontos concedidos a Irrigantes	9.826	8.338	20.321
Outros Ativos Regulatórios	34.209	104	1.222
	<b>1.099.010</b>	<b>863.757</b>	<b>381.490</b>
<b>Passivos</b>			
Parcela "A"	-	-	(9.646)
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(816.170)	(293.542)	(537.620)
Subvenção Baixa Renda	-	(1.493)	(147.695)
Outros Passivos Regulatórios	(26.070)	(1.978)	(3.441)
	<b>(842.240)</b>	<b>(297.013)</b>	<b>(698.402)</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/09/2013	30/09/2012
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>455.633</b>	<b>409.311</b>
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios – CVA (1)	(305.316)	307.212
Demais Componentes Regulatórios (2)	(4.657)	113.349
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	125.620	(169.493)
<b>Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios</b>	<b>271.280</b>	<b>660.379</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
<b>Resultado do Período</b>	<b>63.453</b>	<b>127.025</b>
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios – CVA (1)	(78.202)	92.234
Demais Componentes Regulatórios (2)	(33.329)	(13.570)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	44.964	(30.266)
<b>Resultado do Período considerando ativos e passivos regulatórios</b>	<b>(3.114)</b>	<b>175.423</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

(2) Referem-se, principalmente, à Subvenção Baixa Renda e descontos concedidos diversos.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Distribuição S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes às mutações do patrimônio líquido, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 9, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

### *Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012*

O exame do balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, sem modificações.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez  
Contador  
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG